



Os impactos da financeirização na desigualdade econômica mundial

AUTOR:

André Correia Bueno é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2016). É mestre em Teoria Econômica da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP e atualmente também é doutorando da mesma. Possui como linhas de pesquisa: Crescimento e Desenvolvimento Econômico, Estrutura Produtiva, Investimento e Investimento em Infraestrutura.

Resumo:

O presente estudo visa jogar luz em certos desdobramentos do processo de financeirização nas economias capitalistas. A pesquisa procura obter um maior embasamento teórico sobre o que seja financeirização e como esse processo se iniciou. É apresentado um breve panorama da desigualdade em âmbito mundial, observando a evolução da renda e sua relação com a financeirização. Então, efetua-se uma análise contrastante a abordagem de Piketty (2014), posto que detém problemas metodológicos. Conclui-se que o processo de financeirização possui uma relação direta com a elevação da desigualdade mundial, principalmente nos lugares em que esse processo se apresenta mais enraizada ao sistema.

Palavras-chave: Financeirização, Desigualdade, Piketty

JEL Code: G00, O15, B00

Abstract:

This study aims to shed light on certain developments in the financialization process in capitalist economies. The research seeks to obtain a greater theoretical basis on what is financialization and how this process began. A brief overview of the inequality in the world is presented, observing the evolution of the income and its relation with the financialization. Then, a contrasting analysis is made on Piketty's (2014) approach, since it has methodological problems. It is concluded that the financialization process has a direct relationship with the increase of world inequality, especially in the places where this process is more rooted in the system.

Keywords: Financialization, Inequality, Piketty



1. Introdução

A financeirização demonstra cada vez mais relevância para a compreensão do mundo capitalista vigente. As economias capitalistas vêm se apresentando cada vez mais financeirizadas, o número de transações e riqueza em ativos financeiros cresceu exponencialmente desde o final da década de 1970, provocando desdobramentos e distorções em escala global. O sistema capitalista vem se demonstrando progressivamente mais instável e recorrentemente em crises financeiras. Portanto, investigar as causas e consequências desse cenário adverso e caótico se manifesta crucial. Para isto, faz-se necessário fundamentar alguns conceitos teóricos e históricos sobre a financeirização, obtendo assim, uma maior compreensão do tema a ser contemplado.

A concepção do que seja financeirização não é de maneira nenhuma consensual no meio acadêmico e, dessa forma, afim de delimitar satisfatoriamente o tema abordado, este trabalho procurará se sustentar na posição definida por Braga *et al* (2017). Nesse sentido, conforme os autores, sustenta-se que a financeirização promove novas formas de definição, gestão e realização da riqueza, resultando em um novo padrão sistêmico de riqueza. Isto acarreta, por sua vez, em desdobramentos na economia, principalmente nos elementos macroeconômicos e, conseqüentemente nos ciclos de alta e baixa descritos por Coutinho e Belluzzo (1998).

Essa nova forma de realização da riqueza apresenta um movimento ascendente nas principais economias capitalistas, sendo exposta pela formula D-D', ou seja, "dinheiro que gera mais dinheiro". (BRAGA *et al*, 2017, p.3). Ademais, os autores enfatizam a progressiva importância dos ganhos não operacionais em relação aos ganhos operacionais, visto que conquistam cada vez mais uma maior relevância nas decisões de gastos e endividamentos. Contudo, advertem que o papel da mercadoria⁵ não perde relevância ou, ainda, que ocorra um descolamento do mundo produtivo ao financeiro. As esferas, produtiva e financeira, estão cada vez mais interligadas e emaranhadas nesse capitalismo financeirizado. Tal fato é corroborado pelo papel crescente dos ativos financeiros na composição da renda e da riqueza das famílias e das empresas denominadas produtivas, as quais utilizam esses mecanismos para a obtenção de uma maior valorização dos seus rendimentos (BRAGA *et al*, 2017).

"Ao constituir-se como um padrão sistêmico de riqueza, a financeirização implicou o surgimento de uma massa cada vez mais excepcional de riqueza fictícia a circular, nacional e internacionalmente, nas diferentes praças financeiras do mundo." (BRAGA *et al*, 2017, p. 10).

Destarte, esse processo obstinado pela valorização da riqueza, isto é, pelo anseio ao enriquecimento, intensifica a volatilidade intrínseca do capitalismo, tendo em vista que reproduz de forma mais intensa os processos de inflação e deflação dos ativos (COUTINHO; BELLUZZO, 1998). Isso posto, ao levar em conta os aspectos destacados do processo de financeirização, autores como

⁵ Ressalta-se a economia monetária da produção neste ponto, retratada pelo processo D-M-D', pela busca incessante da acumulação da riqueza.



Guttman e Plihon (2008) denominam o período vigente como o capitalismo conduzido pelas finanças (*finance-led capitalism*). Portanto, como supracitado, isto salienta o poder dos ativos financeiros na política econômica.

Quanto as outras concepções da financeirização, Braga *et al* (2017) aborda, especificamente, as que consideram esse é um processo da amplificação do capital rentista em detrimento do capital produtivo, sendo esta uma “tendência inexorável à estagnação das economias” (BRAGA *et al*, 2017, p. 13). Esse contexto se manifesta como uma obstrução intransponível a continuidade do processo de produção e de acumulação nas economias capitalistas, oriunda da queda dos retornos do setor produtivo, com o subconsumo e a redução do investimento ou do progresso técnico. A expansão da esfera financeira, em razão da sua maior rentabilidade, tem o ofício de compensador aos detentores de riqueza. Portanto, a esfera financeira desempenharia papel de válvula de escape a tendência a estagnação, possibilitando a continuidade da valorização da riqueza desse capital fictício, estritamente composto por ativos financeiros. Todavia, no que concerne a esse entendimento de financeirização, para Braga *et al* (2017, p.13):

Sustenta-se aqui, dessa forma, que a financeirização não é consequência da deterioração das condições em que se processam a produção e a circulação de mercadorias no capitalismo, mas, sim, um resultado lógico-histórico de um sistema movido pela busca incessante por novos espaços de acumulação da riqueza, diante do acirramento da concorrência intercapitalista e, conseqüentemente, dos processos de centralização e concentração do capital, em um arranjo internacional liderado pelos EUA e baseado na liberalização dos fluxos internacionais de capital e na desregulamentação dos mercados, de um lado, e impulsionado pelo surgimento e desenvolvimento de inovações financeiras, sejam elas de produtos ou de processos, em escala global, de outro lado.

De fato, ressalta-se que a riqueza capitalista procura descobrir e expandir novos espaços de valorização de sua riqueza. Esse incessante anseio pela acumulação, seja no âmbito financeiro, industrial ou comercial, não contradiz em nenhum momento a perspectiva lógica do capital, que é o conceito imanente do capital como valor que se valoriza (BRAGA *et al*, 2017).

A riqueza “fictícia” e a riqueza “real” conformam um todo único, complexo e contraditório, que se condicionam mutuamente ao longo do ciclo de negócios, refletindo a natureza contraditória do capital, manifestada na permanente tensão entre expansão e crise (Perelman, 1990). Essas contradições se explicitam e se resolvem nas crises, apenas para serem colocadas novamente mais à frente, porque são inerentes às



economias capitalistas (Braga, 2009). A instabilidade do capitalismo é, assim, reforçada pela financeirização. (BRAGA *et al*, 2017, p. 14)

Deste modo, o presente trabalho possui como objetivo jogar luz sobre os impactos da financeirização na desigualdade econômica em escala mundial, e de como este processo decorre da lógica de valorização do capital. O artigo é dividido em cinco seções, sendo esta introdução a primeira. Na seção dois é realizado uma perceptiva histórica das alterações que ocorreram ao longo do tempo, como o fim da “era de ouro” do capitalismo e a ascensão do processo de restauração liberal-conservador. Ainda no que concerne a seção dois, esta detém uma subseção em que se aborda alguns elementos teóricos da financeirização e seus desdobramentos para a economia, especificamente na parte das variáveis macroeconômicas por meio do ciclo de inflação e deflação dos ativos. Já na seção três é demonstrado um quadro geral da desigualdade em âmbito mundial, tanto pelos indivíduos quanto entre os continentes. Ainda, procura-se relacionar as modificações resultantes do processo de financeirização abordados na seção antecedente com a retomada do crescimento da desigualdade da renda e da riqueza no âmbito mundial. Nesse sentido, verifica-se por meio dos dados da *Wealth and Income Database* (WID) essa tendência, observando as variações da concentração da renda privada de alguns países. Com o propósito de se aprofundar ao debate recente, realiza-se uma análise da obra de Piketty (2014) na seção quatro, destacando seus principais problemas e sugerindo uma perspectiva alternativa. Por fim, na quinta seção são efetuadas as considerações finais.

2. O fim da era de ouro e a restauração liberal-conservadora

Após o período entre guerras (1914-1944), sob liderança geopolítica e econômica dos EUA, o sistema capitalista adentrou em sua era de ouro, obtendo progressos econômicos e sociais em um período de relativa estabilidade (BRAGA *et al*, 2017). Vale ressaltar o papel fundamental do arranjo de Bretton Woods para seu acontecimento, delimitando certas condutas as relações econômicas internacionais que vigorariam no período. Neste arranjo, procurou-se assegurar um ambiente institucional favorável ao comércio internacional, com taxas de câmbios relativamente estáveis, ancoradas no padrão ouro-dólar e no controle dos fluxos de capital. De fato, esse arcabouço pretendeu atenuar os desequilíbrios recorrentes dos balanços de pagamentos de diversos países, principalmente os afetados pela guerra e os periféricos (BRAGA *et al*, 2017).

Esse cenário virtuoso constituído no pós-guerra começaria a ruir no período de 1968-1973, tendo em vista as alterações do rumo da economia e da política praticada (FIORI, 1997). Demonstrações da grave turbulência econômica internacional nesse período são o fim da era de ouro capitalista e o início da crise hegemônica dos EUA. Outros eventos importantes que ocorreram nesse intervalo foram o fim dos acordos de Bretton Woods, a elevação de conflitos pelo mundo e o primeiro choque do petróleo. Portanto, nesse período, chegava ao fim os Trinta Anos Gloriosos, o ciclo mais duradouro de desenvolvimento do capitalismo, e, consoante a Fiori (1997), iniciava-se um período de estagflação pelo mundo, políticas anticíclicas ineficazes e o avanço da internacionalização



financeira alimentada pelos petrodólares e pela expansão da dívida pública americana. “Em poucos anos, portanto, veem abaixo os pilares em que se sustentara o sucesso dos estados keynesiano e desenvolvimentista”. (FIORI, 1997, p.108).

O abalo criado aos alicerces keynesianos, a existência de uma grande crise econômica mundial e a falta de qualquer hegemonia capaz de nortear as diretrizes do mundo, são o retrato da situação vivenciada no final da década de 1970. Todas essas condições supracitadas criaram um ambiente propício à grande vitória conservadora. A partir de 1979, a elevação da taxa de juros norte americana, caracterizada por meio da “diplomacia do dólar forte”, procurou atenuar as desconfianças em relação à moeda, sinalizando ao mundo que a hegemonia do dólar seria restabelecida (BELLUZZO, 2009).

Isto posto, ficou a cargo das forças conservadoras a reorganização do cenário político mundial, iniciando-se o processo de globalização financeira que vem reorganizando a ordem política e econômica mundial (FIORI, 1997).

De fato, o processo da restauração liberal-conservadora é verificado com a ascensão de líderes políticos detentores de ideologias liberais nas principais economias mundiais, em destaque Reagan nos EUA, em 1981, Margaret Thatcher, em 1979, na Inglaterra e Kohl, em 1982, na Alemanha. De acordo com Fiori (1997), foi no governo de Reagan que Washington devolvia a *Wall Street* o comando de sua política financeira, caracterizando o fim da era do *New Deal*. Instaura-se, neste ponto, políticas de desregulação e deflação, com altos níveis de taxa de juros e câmbios valorizados. A restauração liberal-conservadora estava fundamentada e respaldada pelos ideais de Hayek, hostilizando veementemente o Estado regulador em defesa do Estado liberal formalizado pelos clássicos (FIORI, 1997). Consequentemente, condenando os estados keynesianos e desenvolvimentistas como os responsáveis pelo acontecimento da estagflação e os desequilíbrios macroeconômicos em 1970.

Deste modo, esse movimento de novo consenso neoliberal ocorreu como um “efeito domino” para as demais economias do globo, sendo retratado no campo econômico por uma “restauração neoclássica” na formalização da política e “*supply side economics*”, ou seja, o velho consenso keynesiano, fundamentado no crescimento da renda, emprego e equidade foi substituído pelos equilíbrios macroeconômicos, competitividade global, de abertura econômica, desregulação dos mercados, equilíbrio fiscal e eficácia empresarial e individual (FIORI, 1997).

Esse processo de liberalização permaneceu e se fortaleceu no decorrer da década de 1980. Conforme Fiori (1997), grande gama de países se demonstrava alinhados com o projeto conservador e de liberalização dos capitais privados, evidenciando um processo intensivo de competição e recentralização da riqueza, sendo esta última cada vez mais expressa em termos financeiros. De fato, Braga *et al* (2017) compartilha mesma visão, o fim dos arranjos de Bretton Woods simbolizou o fim das amarras confeccionadas no pós-guerra, acarretando em uma permutação das “regras do jogo” em âmbito internacional, bem como do próprio capitalismo.



Essa transfiguração proporcionou uma maior participação dos ativos financeiros na riqueza, flexibilizando-a e permitindo a criação de novos espaços para a valorização do capital (BRAGA *et al*, 2017). Nesse sentido, o capital fictício se expande e se valoriza em velocidades cada vez maiores, isto foi proporcionado em grande medida devido as inovações financeiras realizadas após o fim de Bretton Woods, potencializando, ainda, a instabilidade imanente do capitalismo. Faz-se necessário ressaltar que dentre as inovações financeiras, a de securitização se sobressai sobre as demais, viabilizando a transformação de ativos não negociáveis em ativos negociáveis nos diferentes segmentos do mercado financeiro (BRAGA *et al*, 2017).

Ainda no que tange a política externa, constatou-se nesse período a intenção dos EUA em determinar novos regimes e instituições internacionais (FMI, BIRD e GATT) nas quais procurassem defender sua nova visão ideológica, seja no campo político ou comercial (FIORI, 1997). O Plano Brady e, principalmente, o denominado Consenso de Washington são símbolos das ideias liberais-conservadoras. Especificamente no que concerne ao Consenso de Washington, conforme Fiori (1997, p.122):

[Era um] programa de políticas fiscais e monetárias associadas a um conjunto de reformas institucionais destinadas a desregular e abrir as velhas economias desenvolvimentistas, privatizando seus setores públicos enganchando seus programas de estabilização na oferta abundantes de capitais disponibilizados pela globalização financeira.

Destarte, o mesmo movimento de demonização ao Estado e as estatais, que ocorreram nas economias centrais, passam a acontecer nas economias periféricas, como no caso brasileiro. Um dos efeitos dessa política neoliberal nos países periféricos foi “o populismo macroeconômico induzido pela pressão dos *rent-seeking* muito mais do que pelas pressões populares” (FIORI, 1997, p.122).

2.1. Desdobramentos do processo de financeirização

Bem como citado anteriormente, a riqueza vem se demonstrando cada vez mais em termos financeiros, acelerando-se de maneira acentuada desde a década de 1990. A modificação do papel do Estado, primeiramente “keynesiano e desenvolvimentista” para um “neoliberal”, acarretou demasiadas mudanças no aspecto macroeconômico que, por sua vez, ocasionam desdobramentos em outros segmentos. A alteração da política macroeconômica, de um câmbio valorizado e elevados níveis de taxa de juros, direcionado a atenuar a pressão inflacionaria, provocava efeitos perversos à economia como um todo, como abordado por Coutinho e Belluzzo (1998).

Conforme os autores, os haveres financeiros demonstram cada vez mais peso na composição da riqueza privada das empresas, bancos e, também, dos indivíduos. Ademais, o volume da riqueza financeira cresceu abruptamente, excedendo consideravelmente o crescimento da produção. Verificou-se uma notável inflação dos ativos financeiros e, conseqüentemente, uma percepção de enriquecimento, visto que esses ativos financeiros representam direitos de propriedade sobre o



capital (COUTINHO; BELLUZZO, 1998). Destarte, esse processo induz a uma alavancagem, posto que nesse anseio ao enriquecimento, faz com que os agentes realimentem esse processo de inflação dos ativos em busca da sua valorização. Contudo, essa busca pela valorização por meio da realimentação do sistema pode ocasionar a formação de bolhas nos processos altistas, bem como o risco sistêmico no ciclo de baixa.

Essa mudança na composição da riqueza promoveu modificações nas variáveis macroeconômicas e, para Coutinho e Belluzzo (1998), dois essenciais elementos foram afetados: o consumo e o investimento. No que tange ao consumo, na concepção realizada por Keynes, este se apresentava de maneira estável ao longo do tempo. Entretanto, a alteração do efeito riqueza permitiu que ocorram flutuações no consumo devido as alavancagens, gerando maiores volumes de créditos e, também, a valorização desses ativos. Portanto, possibilitando uma maior instabilidade nas economias capitalistas. No que concerne ao investimento, este recebe uma tripla influência do processo de inflação dos ativos. Primeiramente com a ascensão do consumo como já descrito, propiciando uma elevação da eficiência marginal do capital. Outro fator é o aumento do patrimônio líquido e, deste modo, da capacidade de endividamento da empresa. Por fim, a atenuação da percepção do risco por meio da redução dos custos de capital, devido a melhor avaliação das agências de *rating* para a empresa (COUTINHO; BELLUZZO, 1998, p. 140).

Torna-se relevante ressaltar que este processo gera um aumento da confiança dos agentes e que a expansão do investimento produz um aumento dos lucros, que, por sua vez, acarreta uma valorização do patrimônio da empresa (COUTINHO; BELLUZZO, 1998). “A especificidade do ciclo atual, comandado pela inflação de ativos, está no fato de que pode ocorrer um crescimento mais rápido dos preços de mercado dos ativos não reprodutíveis do que dos rendimentos esperados dos ativos de capital instrumentais.” (COUTINHO; BELLUZZO, 1998, p. 140). Destarte, essa especificidade pode proporcionar substanciais instabilidades no sistema em caso de deflação dos ativos, posto que o processo não demonstra uma proporcionalidade no crescimento entre os ativos financeiros e os ativos de capitais instrumentais.

Conforme Coutinho e Belluzzo (1998), a reversão do ciclo ocorreria após uma redução da eficiência marginal do capital devido a alterações do estado de expectativas dos agentes. Os desdobramentos desse processo são a queda dos preços dos ativos de capital (financeiros e instrumentais), do valor das ações, do volume de investimento e, por fim, da atenuação dos lucros e salários. Dessa forma, caso nenhuma medida seja concretizada, a economia pode entrar em uma deflação dos ativos, agravado pelo efeito contágio. Nessa fase, as autoridades monetárias ficam à mercê das entidades privadas, acontecimento extremamente bem ressaltado por Braga (2009). Além disso, existem outras recorrências pertinentes a esse encadeamento de reversão do ciclo.

Ao transcorrer do processo de inflação dos ativos, em seu pico começam a surgir pressões inflacionárias, proporcionadas dessa elevação da eficiência marginal do capital, aumentando o nível de renda, demanda por trabalho, matérias primas e serviços. Ressalta-se, todavia, que a valorização dos ativos financeiros em uma economia aberta, induz a entrada de capitais neste país, acarretando



uma valorização cambial e a amenização das pressões inflacionárias descritas anteriormente (COUTINHO; BELLUZZO, 1998). Contudo, existe um preço para tal amenização, a elevação dos déficits comerciais, que com o passar do tempo poderá resultar um constrangimento a entrada de capitais, desestimulado com a ocorrência de déficits crônicos em transação corrente. Conseqüentemente, instaura-se tensões de desvalorização cambial, proporcionando, em caso de desvalorização, uma aceleração do processo inflacionário (produtos *tradeables*) e fuga de capitais. Nesse momento:

As autoridades monetárias, nestas circunstâncias, são colocadas diante de uma escolha difícil. O temor de uma aceleração da inflação e da saída de capitais recomendaria a subida dos juros de curto prazo. Esta medida poderia, no entanto, deflagrar um perigoso colapso na bolha formada pelo crescimento desmesurado dos preços dos ativos. (COUTINHO; BELLUZZO, 1998, p. 144).

Destarte, ficam evidentes os riscos desse processo de inflação dos ativos, uma vez que a economia fatalmente será conduzida a uma depressão com um colapso abrupto dos preços dos ativos. Os agentes (famílias e empresas) entram em uma espiral de pessimismo em virtude do crescimento das dívidas comparativamente a renda e o patrimônio, fator que será amplificado pelas alavancagens realizadas. Esse processo resultará desvalorizações das ações por parte das empresas e um menor gasto por parte dos consumidores, visto que ambos dependem dos rendimentos dos ativos financeiros para determinar seu volume de consumo e investimento. Portanto, a desvalorização dos ativos financeiros acarretará fortes conseqüências para o setor produtivo da economia, a induzindo numa grave depressão. Com esses termos, verifica-se esses elementos nas crises subsequentes aos anos 2000. Tal fato é ilustrado por Braga (2009) e Braga *et al* (2017), bem como a subserviência do Estado para o setor privado em sua eterna busca da valorização de sua riqueza.

De acordo com Braga (2009), a crise vivenciada em 2008 é um produto da própria natureza do capital e do capitalismo desregulado. O autor enfatiza que atualmente a valorização da riqueza financeira vem se sobrepondo a esfera produtiva. Esse processo, que segundo o autor, foi iniciado desde 1970, vem demonstrando uma aceleração de sua expansão, o que acarreta maiores instabilidades econômicas. Esse cenário também é evidenciado por Coutinho e Belluzzo (1998).

Faz-se fundamental salientar o atual papel do Estado para o mundo financeiro que, em conformidade com Braga (2009), nos momentos de “alta”, apenas a existência do mercado se faz necessária, a economia nessa fase demonstra concomitantemente um crescimento econômico e uma valorização da riqueza (ativos). A presença ativa do Estado, nessa conjuntura, apenas atrapalharia o funcionamento adequado da atividade. Já em momentos de “baixa”, com as crises econômicas e desvalorização dos ativos financeiros, as práticas intervencionistas são invocadas para atenuar as perdas – principalmente as dos patrimônios privados.



Essa descrição serve para explicar sobre o fato de que o Estado se apresenta como garantidor em última instância do processo de valorização de ativos. Desta forma, o Estado acaba sancionando as práticas especulativas as quais perturbam o mercado e produzem as instabilidades e as crises devido a busca incessante pela acumulação da riqueza. Em outros termos, consoante ao autor, a grande novidade do liberalismo atual é de que as crises são combatidas com a finalidade de defender os patrimônios privados, em uma conduta subserviente a especulação e a riqueza financeira fictícia (BRAGA, 2009, p.92).

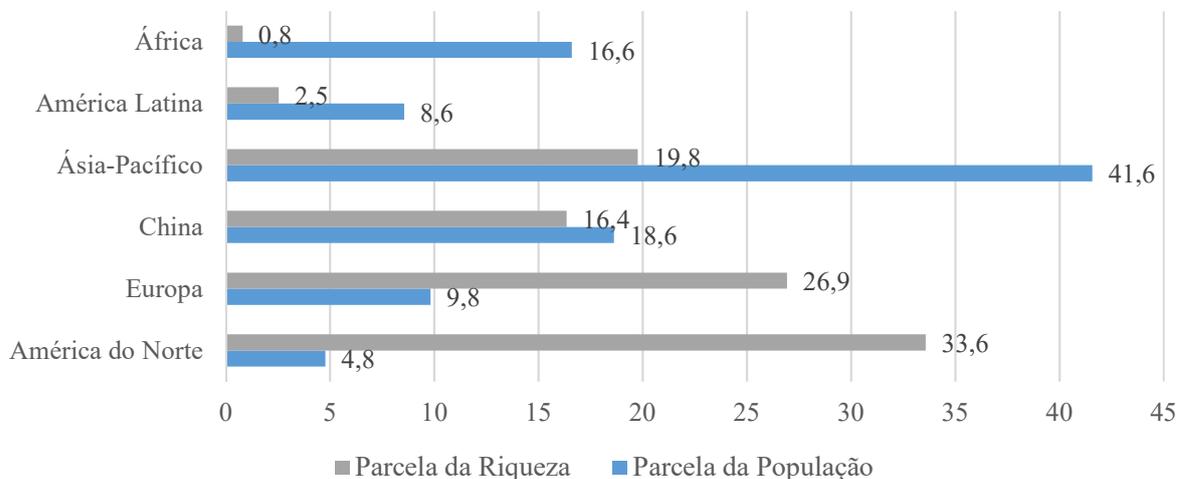
Tal fato é retratado pelas entidades monetárias, posto que estas tornaram-se reféns dos mercados, ocorrência que irá apresentar continuidade até a alteração do padrão sistêmico de riqueza (BRAGA, 2009). Além do mais, ao ter consciência dessa subserviência, o setor privado demonstra-se mais propenso ao risco, isto é, aos ganhos especulativos, visto que são apoiados pelo postulado *too big to fail*, deixando a cargo do Estado e da sociedade apenas o ônus das perdas, enquanto praticam um “processo de “privatização dos ganhos” nos momentos de euforia e expansão” (BRAGA *et al*, 2017, p. 11). Destarte, “o Estado passa em pleno auge neoliberal ao ser o garantidor, o corregulador e o orquestrador da macroeconomia da riqueza financeira por meio da macroestrutura financeira público-privada.” (BRAGA, 2009, p. 93).

Anteriormente a restauração liberal-conservadora, o Estado detinha como meta promover uma macroeconomia do emprego e da renda, visão completamente modificada como já supracitado. Conforme Braga (2009), o liberalismo realiza uma prática radicalmente antiliberal, uma vez que com o propósito de concretizar uma macroeconomia da riqueza financeira, utiliza um Estado máximo – não mínimo como pressuposto em seu arcabouço teórico – para a reprodução da riqueza financeira, ou seja, da riqueza abstrata. Portanto, a crise em 2008 seria um fruto desse “liberalismo das elites” (BRAGA, 2009, p. 93).

3. A desigualdade no mundo e a financeirização

A situação da desigualdade no mundo vem apresentando enorme destaque nos últimos anos, isto se deve ao trabalho realizado por Piketty (2014), que alertou sobre o retorno da concentração de renda nos principais países capitalistas, como Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha. Sendo assim, com o possível agravamento da desigualdade mundial em um futuro próximo, torna-se essencial uma análise mais profunda sobre as transformações mundiais, principalmente nas últimas décadas. O mundo atravessou por enormes mudanças culturais, sociais e produtivas nos últimos 250 anos. Nesse período, conforme Pochmann (2015), a população mundial multiplicou em 10 vezes, enquanto a produção de bens e serviços cresceu 482 vezes, permitindo a ocorrência de inúmeras inovações e a promoção de melhores condições de vida para a sociedade. Contudo, esse desenvolvimento não ocorreu simultaneamente em todos os países e, portanto, este aumento exuberante de produtividade provocou distorções na distribuição da renda e da riqueza entre os países.

Figura 1: Distribuição da riqueza e da população nas principais regiões do mundo em 2018 (em %).



Fonte: Credit Suisse Global Wealth Databook 2018.

A partir da Figura 1, percebe-se os efeitos do desenvolvimento não simultâneo por meio da concentração da riqueza e da parcela populacional em cada continente. A alta disparidade econômica é demonstrada na concentração da riqueza na Europa e América do Norte, que possuem 60,5% da riqueza mundial e apenas 14,6% da população. Analisando separadamente, a concentração na América do Norte se faz mais gritante, possuindo 33,6% da riqueza e apenas 4,8% da população. Já a América Latina e África possuem, respectivamente 8,6% e 16,6% da população, e 2,5% e 0,8% da riqueza global, números muito abaixo dos demais, especialmente a África. Esse patamar apenas se torna ligeiramente melhor ao se somar a Ásia-Pacífico, fazendo com que essa proporção se eleve para 66,8% da população e 23,1% da riqueza mundial. Por outro lado, observa-se os efeitos da grande transformação pela qual a China perpassa, uma vez que, embora detenha 18,6% da população mundial, também possui 16,4% da riqueza. Essa tendência deve se intensificar no decorrer dos anos, sendo que a Índia deve percorrer uma trajetória semelhante. De todo modo, os dados indicam que a desigualdade entre os continentes permanece muito forte nos dias atuais.

Esse processo de acentuação das disparidades da renda e da riqueza se acentuou desde o final da década de 1970. Segundo Pochmann (2015), verifica-se essa tendência de ascensão da desigualdade econômica por meio da redução do dinamismo das forças produtivas, contenção da esfera pública e pela desordem internacional. Para o autor, o crescente desequilíbrio entre os setores público e privado é a principal força de expansão da desigualdade econômica atualmente. O sistema de regulação pública organizado para superação da crise de 1929 foi desconstituído pelo movimento da globalização neoliberal. As políticas neoliberais produziram inúmeros efeitos tanto na política



como na economia mundial. Um exemplo são os programas de liberalização das economias instituídos que têm sufocado o Estado com o jogo do endividamento público e da financeirização, reduzindo a capacidade de combate das desigualdades por parte do Estado (POCHMANN, 2015).

As alterações das políticas econômicas no final da década de 1970, permeadas pela ideologia neoliberal, provocaram impactos relevantes nas variáveis macroeconômicas destes países, tornando-as mais instáveis. Tal fato decorre, em parte, das inovações financeiras que intercorreram no intervalo, como no caso da securitização e da modificação do papel do Estado, anteriormente voltado para promover o emprego e a renda para um Estado sancionador do padrão sistêmico de riqueza vigente (COUTINHO & BELLUZZO, 1998; BRAGA, 2009). De acordo com Braga *et al* (2017), essas transformações impactaram em grande elevação dos ativos financeiros em mãos de organizações não financeiras e famílias, promovendo maiores níveis de instabilidade ao sistema. Ademais, os autores apresentam que grande parte dos países desenvolvidos apresentaram piora no Coeficiente de Gini no interim de 1985 a 2013, corroborando para as grandes preocupações proporcionadas por esse processo. Pochmann (2015) possui uma visão semelhante, posto que a adoção de um conjunto de políticas nacionais desregulatórias promoveu o aumento das desigualdades, que ocasionou uma inegável elevação da concentração e centralização do capital.

Um reflexo desse cenário é o aumento das grandes corporações privadas globais, resultando em uma maior centralização da propriedade dos meios de produção e comercialização, atingindo todos os segmentos de produção e consumo no mundo. Pochmann (2015) apresenta alguns dados sobre a elevada concentração das grandes corporações, tornando-se notável o grande poder monopolístico destas. O autor destaca que essa imensa concentração só foi possibilitada pela prática das políticas neoliberais. Assim, existindo uma monopolização da organização capitalista no qual produz distorções:

O poder da formação de preços, que permite a obtenção de lucros extraordinários, bem como o dirigismo tecnológico e o padrão de emprego flexível, gerador de uma classe trabalhadora de precariado, ocorre concomitantemente a monopolização global da produção. (POCHMANN, 2015, p. 59).

O autor conclui que a desigualdade e manipulação das regras econômicas e políticas por parte das grandes corporações mundiais possui relação com o enfraquecimento da regulação pública.

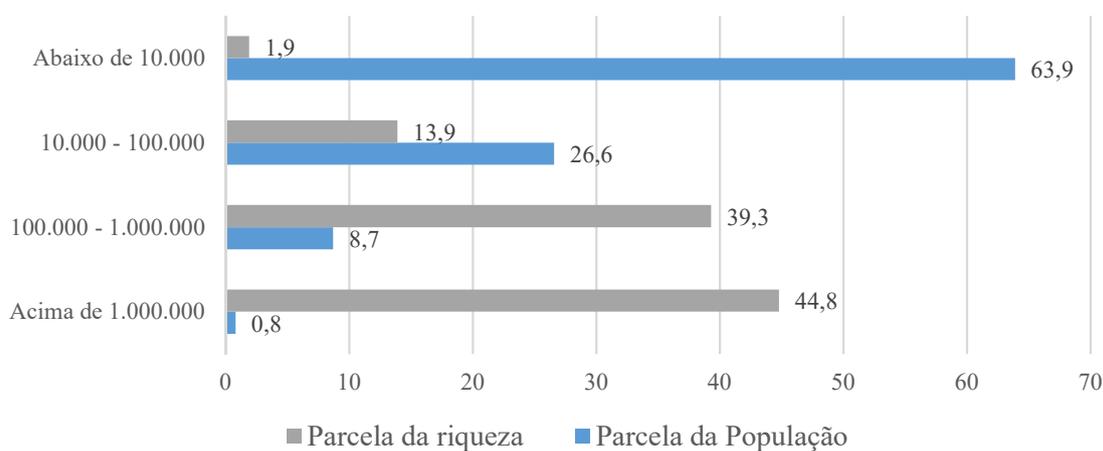
Ainda no que tange ao tamanho exacerbado dessas corporações, estas se tornaram muito grandes para quebrar, no caso de alguma crise ou ineficiência, o ônus dessa fatalidade é transferido para a conta pública, como na crise de 2008, fazendo com que parte do orçamento público seja manuseada para cobrir rombos econômicos das grandes empresas (POCHMANN, 2015).

Conseqüentemente, parte do orçamento que era utilizado para promoção de desenvolvimento e combate à desigualdade é empregada para propagação de privilégios que perpetuam a desigualdade entre ricos e pobres. De acordo com Pochmann (2015), existe uma

superclasse global que representa uma minúscula parcela da população mundial, que possui uma concentração de poder econômico e político jamais antes vista.

Verifica-se a formação dessa superclasse global com base na Figura 2, uma vez que 0,8% da população mundial detém 44,8% da riqueza e, somando-os aos indivíduos que possuem de cem mil a um milhão de dólares em patrimônio, 9,5% da população possui 84,1% da riqueza mundial. De forma oposta, os indivíduos detentores de menos de dez mil dólares em riqueza representam 63,9% da população no mundo e possuem apenas 1,9% da riqueza. Deste modo, os números corroboram com os dados citados anteriormente no que diz respeito ao tamanho das disparidades econômicas, sendo estas entre os continentes e entre os estratos sociais, sinalizando o poder econômico dessa superclasse que é capaz de interferir nas decisões da esfera pública, fazendo com que seus interesses sejam realizados em detrimento de outras classes, e, portanto, perpetuando a desigualdade.

Figura 2: Distribuição da riqueza e da população por estratos da riqueza em 2018 (Em dólar, USD).



Fonte: Credit Suisse Global Wealth Databook 2018.

Assim como Pochmann (2015), para Piketty (2014), o período entre 1970 e 2010 representou a volta triunfante do capital privado e, além disso, o ressurgimento de um novo capitalismo patrimonial. O motivo para tal movimento pode ser explicado para o autor por três

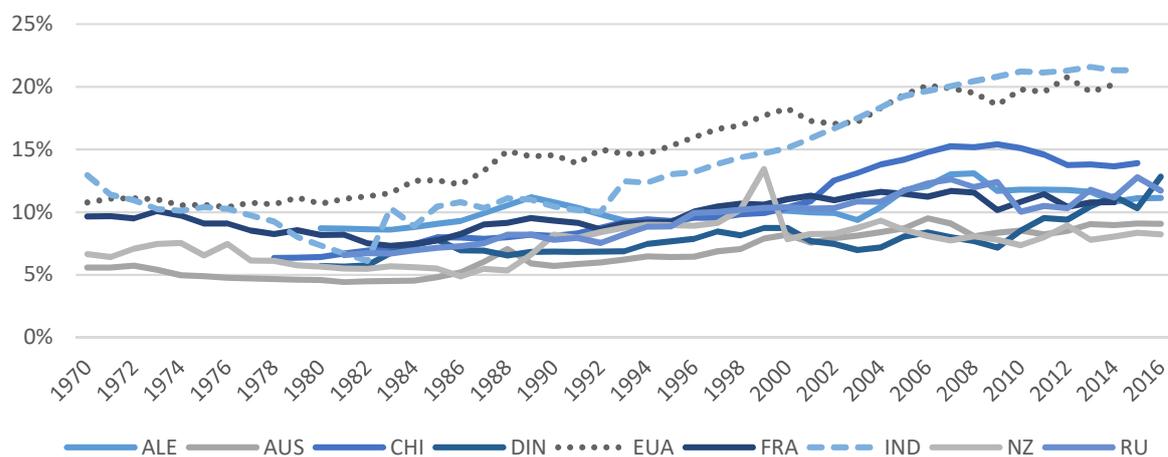
fatores: (i) o mais importante relacionado ao crescimento, sobretudo da expansão demográfica; (ii) o movimento de privatização e de transferência gradual da riqueza pública para a privada desde os anos 1970-1980; (iii) um fenômeno de recuperação de longo prazo dos preços dos ativos imobiliários e das ações.

Contudo, é importante ressaltar que as disparidades econômicas, de acordo com Piketty (2014), ocorriam de forma elevada e constante durante os séculos XVIII, XIX até a Primeira Guerra Mundial. No que diz respeito ao valor do capital nacional, este atingiu seu auge na *Belle Époque*. Apenas com os períodos de crise entre 1914-1945, ocorreu uma brusca queda do capital nacional.

Conseqüentemente, grande parte da riqueza acumulada anteriormente foi perdida ou transferida para o Estado por meios indiretos, resultando em um nivelamento da renda e da riqueza nas sociedades, provocando uma menor desigualdade econômica. Ademais, para Pochmann (2015) a ascensão do Estado como implementador de políticas voltadas para o crescimento econômico e redução das desigualdades, fez com que o mundo vivenciasse uma queda das disparidades, fator que seria alterado, como descrito, desde o final da década de 1970. Portanto, pode-se concluir que o nível atual de concentração de renda é elevado, pequena parcela da população mundial possui grande parcela da riqueza, acarretando um grande poder econômico que é transmitido para a esfera política (POCHMANN, 2015). É fundamental ressaltar o papel dessas políticas neoliberais no âmbito mundial na recente trajetória da desigualdade dos países periféricos, como no caso do Brasil, afetando os países por meio do seu poder de coerção, como por exemplo, o Plano Brady e o Consenso de Washington.

Além do mais, ao se averiguar de forma mais extensa as alterações distributivas da renda no decorrer do tempo, torna-se possível concilia-las aos desdobramentos das mudanças políticas e econômicas ocorridas nesse período. Isto posto, com a Figura 3, é possível verificar uma tendência de crescimento da desigualdade da renda, com uma elevação acentuada da participação dos indivíduos 1% mais ricos. Esse movimento é demonstrado principalmente nas economias mais desenvolvidas a partir do início da década de 1980, retratando as questões consideradas pelos autores citados no decorrer do texto.

Figura 3: Evolução da participação da renda dos indivíduos 1% mais ricos nos países selecionados



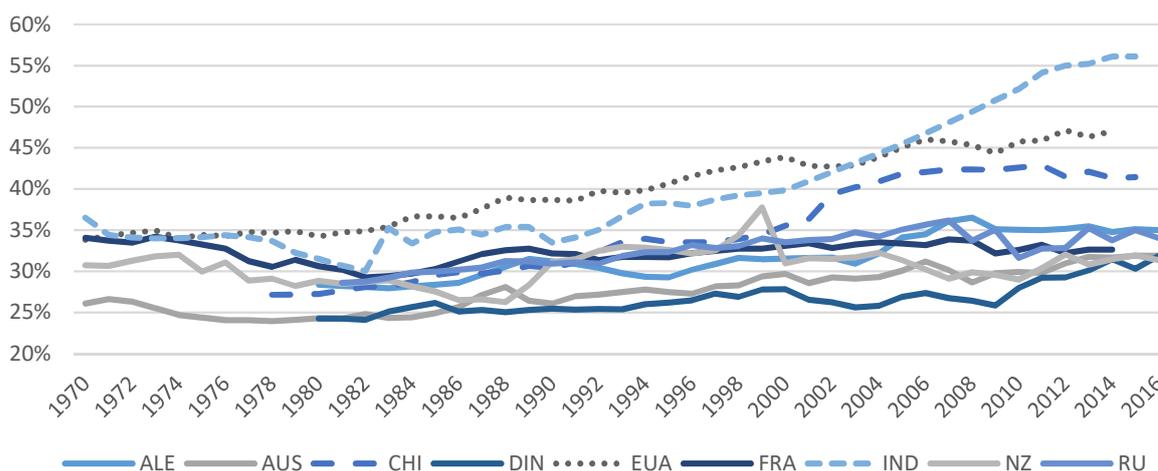
Fonte: WID – Elaboração própria. Os países selecionados são, respectivamente: Alemanha, Austrália, China, Dinamarca, Estados Unidos, França, Índia, Nova Zelândia e Reino Unido.

Especialmente no caso dos EUA essa tendência se apresentou mais intensificada, visto que no final da década de 1970, a parcela adquirida era em torno de 10,8%, saltando para 20,2% em 2014. Na Índia, um país em desenvolvimento, nota-se trajetória análoga, partindo de 12,9%, em 1970, para



21,34% em 2015. Esse fato se torna ainda mais alarmante com a dimensão populacional do país, o que indica uma piora de grande parcela da população mundial ao menos relativamente ao seu território nacional. Nos demais países essa mesma trajetória foi verificada, embora de forma mais atenuada. Apenas a França demonstrou uma participação estável no período.

Figura 4: Evolução da participação da renda dos indivíduos 10% mais ricos



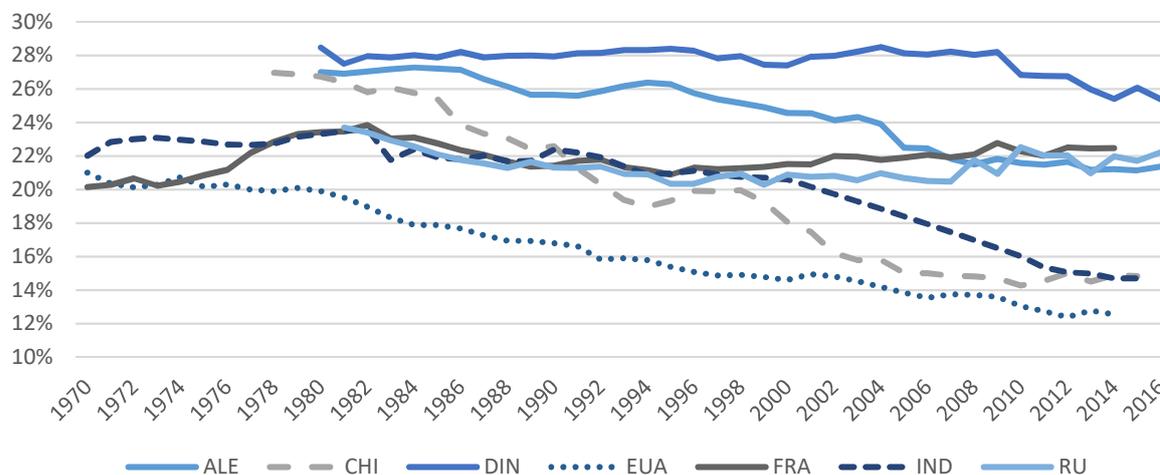
Fonte: WID – Elaboração própria. Os países selecionados são, respectivamente: Alemanha, Austrália, China, Dinamarca, Estados Unidos, França, Índia, Nova Zelândia e Reino Unido.

Com base na Figura 4, uma semelhante trajetória é observada. A concentração da participação dos indivíduos 10% mais ricos inicia-se no final da década de 1970 e início da década de 1980. Mais uma vez os EUA e a Índia exibem protagonismo. Enquanto os EUA saltam de 33,8% (1970) para 47% (2014), a Índia parte de 36,5% para 56,1%, em 2015, um crescimento da concentração da renda, nesse estrato, de 13,2% e 19,6%, respectivamente. Quanto a China, esta demonstra um quadro preocupante, análogo ao caso indiano, em virtude do imenso contingente populacional que possui. O país passou de uma parcela de 27,1% (1978) para 41,4% (2015), representando um aumento de 14,3% da participação dos 10% mais ricos na renda. Em outros termos, os ganhos advindos do imenso crescimento chinês nas últimas quatro décadas têm sido apropriados pela parcela mais rica do país. Outros países como Reino Unido, Austrália, Alemanha e Dinamarca, também apresentaram uma significativa ascensão da concentração nesse período. Por sua vez, apenas a França e a Nova Zelândia não exibiram, sendo que a primeira demonstrou uma ligeira queda.

Ao verificar a base da pirâmide, constata-se com base na Figura 5 a atenuação da participação da renda dos indivíduos 50% mais pobres. Desse modo, nota-se que as alterações das tendências ocorrem no mesmo período que o início do processo de financeirização e da restauração liberal. Desde a adoção da diplomacia do dólar forte em 1979 a participação desses indivíduos quase se reduziu pela metade nos EUA, de 20,1% (1979) para 12,8% (2014), tal fato retrata a elevada

absorção da renda pelos indivíduos mais ricos, como constatado nas Figuras 3 e 4. É possível verificar a mesma trajetória na China e na Índia.

Figura 5: Evolução da participação da renda dos indivíduos 50% mais pobres.



Fonte: WID – Elaboração própria. Os países selecionados são, respectivamente: Alemanha, China, Dinamarca, Estados Unidos, França, Índia e Reino Unido.

Enquanto os indivíduos chineses, nesse estrato, perderam 12,1% de participação entre 1978 (26,9%) e 2015 (14,8%), os indianos tiveram sua parcela reduzida em 7,3% de 1970 (22%) a 2015 (14,7%). Novamente, a França é o único país que não apresenta essa tendência concentradora, a participação destes indivíduos se manteve estável no período de 1970-2015, se elevando em 2,3%. Quanto aos outros países o mesmo não pode ser descrito, com a perda da participação, embora em intensidade menor que EUA, China e Índia. Portanto, verifica-se uma clara tendência de uma concentração de renda desde a década de 1970, sendo que este fenômeno não se limita aos países desenvolvidos, mas também nas maiores economias emergentes vigentes, tornando o fenômeno ainda mais violento e preocupante.

4. Uma visão crítica a abordagem de Piketty

A obra realizada por Piketty (2014), *O Capital no século XXI*, abalou o mundo com suas ideias, retratando um tema extremamente polêmico, a desigualdade de renda e de riqueza. Sua obra se tornou um *best-seller* mundial e tópicos de diversas análises, capas de revistas e jornais, obtendo excepcional atenção nas discussões econômicas. Piketty (2014) foi elogiado por sua obra por diversos canais de comunicação e economistas renomados, como Paul Krugman, declarando que “Piketty transformou nosso discurso econômico; jamais voltaremos a falar sobre renda e desigualdade da mesma maneira”.



Todavia, bem como retratado por Piketty (2014), tal como “o capitalismo não é um mar de flores”, a crítica também não é. Um exemplo desse fato é o artigo efetuado por Marques e Guedes-Leite (2016). Estes realizaram uma revisão bibliográfica com alguns marxistas renomados, nos quais concretizaram trabalhos críticos a obra de Piketty. Em conformidade com os autores, de modo geral, as críticas realizadas permearam os seguintes pontos principais: um referencial teórico fraco e inconsistente; uma confusão do conceito de capital e riqueza e suas taxas de retorno; e problemas com os dados usados⁶.

A falta de um referencial teórico coerente é destacado por Harvey (2014) logo com a denominada primeira lei fundamental do capitalismo: $r > g$. Segundo o autor, a tendência a concentração de renda, devido ao aumento das disparidades entre capital e trabalho, não é verdadeiramente explicitada por Piketty, mas apenas extraídas dos dados e, dessa forma, tornando-se uma mera identidade contábil. Além do mais, Piketty não apresenta nenhuma explanação para a catástrofe de 2008 e seus desdobramentos, como o baixíssimo crescimento e um prolongado desemprego nas principais economias, retratando, deste modo, a sua irrisória fundamentação teórica. Conforme o autor, uma dificuldade central no argumento de Piketty reside em considerar o capital como uma coisa e não um processo. Tal fato acarreta sérias adversidades ao entendimento da reprodução da riqueza, isto é, o *D-M-D'*.

No que concerne a não distinção do capital e riqueza, ao não realizar essa tarefa, Piketty (2014) contabiliza que todo esse volume de capital e riqueza afeta o crescimento econômico, fato irrealista, uma vez que apenas os bens de capitais o afetam, distorcendo o conceito de retorno do capital proposto (VAROUFAKIS, 2014; PATNAIK, 2014). O mesmo ponto é ressaltado Husson *apud* Marques e Guedes-Leite (2016), não é justificatório o tratamento indistinto de capital e patrimônio. Conforme esses autores, o capital produz lucro ao integrar o processo de acumulação do capital, antagonicamente ao patrimônio, a qual é por definição estéril se não se transmutado em capital. Tal distinção reproduz consequências relevantes, afetando os resultados obtidos de maneira expressiva. Ademais, para Marques e Guedes-Leite (2016), ao não analisar a subserviência do capital produtivo ao financeiro, ou seja, ao capital fictício, não se torna possível constatar os efeitos que essa dominância acarreta as distribuições entre capital e trabalho⁷.

⁶ Não entrarei muito neste tema neste trabalho, para enfoque mais refinado consultar Marques e Guedes-Leite (2016). Ressalta-se que mesmo com essas críticas perante os dados, o esforço concretizado por Piketty em sua obra é muito louvável, modificando nossa visão sobre a realização de trabalhos empíricos.

⁷ Anteriormente ao período entre guerras, de acordo com Husson *apud* Marques e Guedes-Leite (2016), percebe-se a dominância financeira, reproduzindo maiores disparidades econômicas. Já a partir desse período, nos trinta anos subsequentes se observou uma elevação da participação dos trabalhadores na renda nacional, retratando a dominância do capital produtivo, isto é, o capital industrial. Tal situação se modificou novamente na década de 1980, com a retomada da dominância financeira, e da ascensão da concentração de renda.



De acordo com Varoufakis (2014), Piketty, adotou axiomas neoclássicos e, ainda, muito controversos e desnecessários para auxiliar seus argumentos⁸. De fato, o autor denomina que Piketty adota um vulgar neoclassicismo, em que se limita a produzir dados atraentes em detrimento de aspectos realistas. Além disso, reprova o nome de sua obra, devido sua semelhança a uma obra clássica de impacto, *O Capital*, de Karl Marx. O autor se manifesta extremamente severo e crítico a Piketty (2014), ao argumentar o porquê da falta de fundamentação teórico da obra. Varoufakis (2014, p.12) se permite a especular que:

Professor Piketty's analysis allowed him to come up with some very catchy numbers; e.g. the 'result' that when the rate of return to wealth is at its historic average of around 5%, there is a tendency for wealth to grow to more than six times the level of GDP and for income accruing to wealth to converge to one third of GDP. This is the stuff that contributes to headlines that journalists and the wider public are eager to consume.

Nesse sentido, conclui que a fundamentação teórica e adoção de axiomas grosseiramente irrealistas e logicamente incoerentes devem parecer um pequeno preço a se pagar (VAROUFAKIS, 2014, p.13).

No que tange as críticas em uma perspectiva pós-keynesiana, estas demonstram-se semelhantes as marxistas. Como por exemplo, a adoção de uma teoria simplória e incompatível (neoclássica) para a explicação do fenômeno, e não distinguir o conceito de capital e riqueza, tornando-os intercambiáveis (DÁVILA-FERNÁNDEZ & OREIRO, 2015; LÓPEZ-BERNARDO *et al.*, 2016). Ademais, destacam a indiferença de Piketty (2014) com os impactos da demanda agregada na distribuição funcional da renda, evidenciando apenas o papel da função de produção neoclássica. López-Bernardo *et al* (2016) sinalizam que, ao desconsiderar a demanda efetiva, Piketty recai sobre a falácia da composição.

*Throughout the book, Piketty (2014) blends explanations about the fate of individual fortunes with explanations that deal with pure macroeconomic logic. Instances of a micro-based logic abound throughout the book (...). (LÓPEZ-BERNARDO *et al.*, 2016, p. 8)*

Destarte, ao conjecturar sua explanação em uma lógica microeconômica, Piketty conclui que uma elevação da poupança ocasionaria um ritmo de reinvestimento mais acelerado. De fato, no caso individual de um capitalista tal assertiva se manifesta fidedigna, entretanto, ao considera-los como uma classe, esse cenário se altera. Em uma lógica macroeconômica uma maior propensão a poupar

⁸ Patnaik (2014) possui um raciocínio análogo a Varoufakis (2014), uma vez que considera a utilização do paradigma neoclássico um erro por parte de Piketty (2014), enfatizando ainda que as premissas adotadas em sua obra são insustentáveis mesmo dentro dessa linha de pensamento.



dos capitalistas acarreta menores taxa de lucro. Desse modo, sendo totalmente antagônico ao argumento utilizado por Piketty (LÓPEZ-BERNARDO *et al.*, 2016).

Conforme Dávila-Fernández e Oreiro (2015), o retorno triunfante das disparidades da renda e da riqueza, para Piketty, estaria em uma taxa de retorno do capital superior a taxa de crescimento da economia, retratado pela equação, $r > g$. Todavia, ressaltam que a diferenciação entre taxa de juros e taxa de lucro é fundamental, especificando, deste modo, o capital físico do capital financeiro. Por conseguinte, ao efetuar tal distinção torna-se crível considerar os desdobramentos dos aspectos financeiros – como o caso da fragilidade financeira abordada por Minsky (2011) – nas teorias de crescimento e de distribuição.

Além disso, argumentam que a primeira lei fundamental do capitalismo, $r > g$, é uma condição requisitada⁹ para um crescimento balanceado em uma economia com duas classes sociais, não ocasionando obrigatoriamente uma elevação da concentração de renda¹⁰. O pensamento em que permeia o termo $r > g$ está na elasticidade de substituição entre capital e trabalho que influencia a proporção dos lucros no total da renda e a intensidade do capital empregada na produção (DÁVILA-FERNÁNDEZ & OREIRO, 2015). Em um cenário que a elasticidade se apresente maior do que um, o *profit-share* dessa economia se elevará devido a ascensão da razão capital-produto. Entretanto, evidências empíricas indicam que esta elasticidade se apresente menor que a unidade, contrariando, dessa forma, a abordagem utilizada por Piketty (2014) em seu livro (BARBOSA-FILHO, 2015; ROTHORN, 2014)

Ao seu turno, Dávila-Fernández e Oreiro (2015) consideram que a expressão, $r > i$, seja uma condição necessária¹¹ para o atingimento de uma trajetória de crescimento financeiramente robusta. Nesse contexto, retendo como base a tradição minskyana e as três posições financeiras adotadas pelos agentes (*Hedge*, *Especulativa* e *Ponzi*), os autores destacam que uma conjuntura de $i > r$ acarretaria uma postura *Ponzi*, elevando a fragilidade financeira da economia¹² e, conseqüentemente, como “Foley mostra que quanto menor o r , mais ela terá que reduzir sua taxa de crescimento para recuperar solvência.” (DÁVILA-FERNÁNDEZ & OREIRO, 2015, p. 11). Ademais, indagam-se se a força motriz da elevação da desigualdade está em $i > g$ e não $r > g$. Isto posto, a taxa especial sobre os ativos financeiros proposta por Piketty (2014) atenuaria tanto a desigualdade distributiva quanto a instabilidade financeira.

4.1. Uma perspectiva alternativa

Afim de concretizar um melhor debate e entendimento sobre o assunto abordado na seção anterior, procurar-se-á expor uma perspectiva alternativa as demonstradas, assim como as

⁹ Neste caso, consoante a Dávila-Fernández e Oreiro (2015), r , refere-se a taxa de lucro.

¹⁰ A semelhantes termos, López-Bernado *et al* (2016) também apontam ser um erro supor que o termo $r > g$ ocasiona infalivelmente uma ascensão da desigualdade da distribuição funcional.

¹¹ Neste caso, i , refere-se a taxa de juros.

¹² Nesse sentido é mais uma vez salientado a necessidade de diferenciação entre r e i .



principais críticas referentes a obra de Piketty (2014). Esta abordagem busca conciliar a financeirização e seus desdobramentos, visto que estes modificaram a dinâmica capitalista, como no caso da macroeconomia e do papel do Estado, desdobrando-se em impactos significantes para a distribuição da renda e riqueza em escala mundial.

Como supracitado, Piketty (2014) não utiliza um referencial teórico o qual apresente uma explanação adequada dos acontecimentos das crises e da concentração de renda e riqueza, recorrendo apenas a demonstrações contábeis com pouca fundamentação¹³. Ao não analisar as transformações ocorridas no período, Piketty perdeu a oportunidade de fortalecer o seu próprio argumento. O autor pouco enfatiza o caráter fundamental dos desdobramentos das alterações políticas e econômicas a partir da década de 1970 (a restauração liberal-conservadora), visto que promoveu a desregulamentação dos mercados, inovações financeiras, e a insurgência da financeirização (FIORI, 1997; BRAGA, 2009; BRAGA *et al*, 2017).

A financeirização, conforme Braga *et al* (2017), alterou significativamente o padrão sistêmico da riqueza, este cada vez mais pautada em ativos financeiros. Essas modificações acarretaram desdobramentos relevantes para a economia, como retratado por Coutinho e Belluzzo (1998), impactando direta e indiretamente em variáveis chaves como taxa de juros, câmbio, consumo e investimento, no qual não são especificados satisfatoriamente e impactam significativamente a distribuição da renda e da riqueza das nações. Com todo esse movimento de ascensão dos haveres financeiros, ao Piketty não distinguir o capital da riqueza, o autor não foi capaz de analisar os efeitos desses ativos na economia, e, deste modo, da reprodução do capital.

No que concerne a reprodução do capital, Piketty (2014) não visualiza o papel do Estado como garantidor e sancionador da riqueza privada, apenas observando por meio de seus parâmetros obtidos a trajetória das variáveis, abstendo-se de efetuar uma análise mais profunda dos atores envolvidos. A modificação do papel do Estado é imensa, acarretando uma maior rentabilidade do capital. O Estado da renda e do emprego foi basicamente dizimado com as reformas liberais. Alguns de seus impactos são uma maior instabilidade do sistema e das economias, bem como uma maior concentração de renda e riqueza nos países (BRAGA, 2009).

Deste modo, a perspectiva exposta nesta seção possui algumas convergências com as críticas marxistas, como a falta que um arcabouço teórico adequado, a adoção de uma função de produção neoclássica e a não distinção entre capital e riqueza. Todavia, existem relevantes divergências entre essas abordagens, como no caso da financeirização e da reprodução do capital. No que tange aos elementos destacados pelos pós-keynesianos, compatibiliza-se com os principais pontos enfatizados, principalmente no papel elementar da demanda efetiva sobre a distribuição funcional da renda. De fato, uma taxa de lucro superior ao crescimento econômico não é um fator determinante para a ascensão da desigualdade em escala mundial, tendo como uma variável mais verossímil a expansão dos ativos financeiros de forma estrondosa nas últimas décadas.

¹³ Estes são alguns dos principais elementos criticados citados anteriormente no qual existe convergência.



A financeirização é apenas um sistema lógico de o capital agir como tal, isto é, o capital em buscar de valorizar a si próprio. Isto posto, antagonicamente ao defendido pelos marxistas, não faz distinção entre um capital “bom” (produtivo) e um capital “mal” (fictício, financeiro). Não existe uma questão de subserviência do capital produtivo ao financeiro, sendo que ambos aparecem cada vez mais interligados e emaranhados. As empresas e famílias estão com suas riquezas progressivamente mais pautadas por ativos financeiros. Portanto, o capital apenas procura espaços a qual possa se ampliar, seja este capital financeiro, industrial ou comercial.

5. Considerações finais

O fim do arranjo de Bretton Woods decretou o fim da era de ouro do capitalismo e a ascensão da restauração liberal-conservadora no final da década de 1970. Foi nesse cenário conturbado do sistema que o padrão sistêmico da riqueza vigente no capitalismo foi alterado. A financeirização promoveu uma ampliação da participação dos ativos financeiros, especialmente nas principais economias capitalistas e, além disso, adentrou no conjunto de ativos de famílias e empresas não financeiras, modificando a dinâmica do sistema.

Esse processo proporcionou alguns desdobramentos relevantes para economia como: a alavancagem dos agentes, viabilizando uma inflação e deflação dos ativos financeiros mais expressiva; a modificação do comportamento das variáveis macroeconômicas; e a transfiguração do papel do Estado, como garantidor e sancionador da riqueza privada. Todos estes elementos citados proporcionaram uma ampliação da instabilidade intrínseca do capitalismo, intensificando a permanente a tensão entre expansão e crise do sistema. Verificou-se, ainda, a retomada da concentração da renda e da riqueza em escala mundial nesse período. Em conformidade com Pochmann (2015), as práticas neoliberais e o desmonte do marco regulatório, advindo desde pós-guerra, viabilizaram o crescimento da desigualdade. Constata-se, também, uma elevada disparidade do patrimônio entre os indivíduos. O mesmo pode ser visualizado entre os continentes, retratando esse quadro vigente preocupante.

Quanto a obra de Piketty (2014), esta demonstra uma fundamentação teoria aquém da satisfatória, depreciando, deste modo, os resultados e conclusões obtidos. Seu trabalho obteve uma gama de críticas, desde liberais até marxistas. Nesse sentido, procurou-se apresentar uma perspectiva alternativa as críticas realizadas as quais pudessem incrementar a teoria e o debate. Destarte, conjectura-se que todos esses pontos elencados poderiam promover uma maior corroboração para o argumento utilizado por Piketty (2014), permitindo um maior conhecimento do processo e seus desdobramentos. Em outros termos, saindo de apenas uma investigação meramente empírica dos dados e adotando uma perspectiva de economia política em sua análise. Logicamente, como destacado anteriormente, sua obra possui diversas qualidades e digníssima de elogios, contudo ressalvas e reflexões são necessárias para uma evolução da pesquisa.



Referências Bibliográficas

BARBOSA-FILHO, Nelson H. Elasticity of substitution and social conflict: a structuralist note on Piketty's Capital in the Twenty-first Century. **Cambridge Journal of Economics**, v. 40, n. 4, p. 1167-1183, 2015.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global**. Unesp, 2009.

BRAGA, José Carlos. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. **Estudos avançados**, v. 23, n. 65, p. 89-102, 2009.

BRAGA, José Carlos et al. Por uma economia política da financeirização: teoria e evidências. *Economia e Sociedade*, v. 26, p. 829-856, 2017.

COUTINHO, Luciano; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. "Financeirização" da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. **Economia e Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 137-150, 2016.

DÁVILA-FERNÁNDEZ, Marwil; OREIRO, José Luis. **Capital in the Twenty First Century: Reinterpretando a contradição fundamental do capitalismo**.

FIORI, José Luís. (1997). *Globalização, hegemonia e império*. In FIORI; TAVARES (org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 2ª. Ed. Vozes: Petrópolis.

GUTTMANN, Robert; PLIHON, Dominique. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. **Economia e Sociedade**, v. 17, n. SPE, p. 575-610, 2008.

Harvey, David (2014) "**Reflexões sobre "O capital", de Thomas Piketty**". "Acessível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/05/24/harvey-reflexoes-sobre-o-capital-de-thomas-piketty/>>. Acesso em 31/05/2017.

LÓPEZ-BERNARDO, Javier; LÓPEZ-MARTÍNEZ, Félix; STOCKHAMMER, Engelbert. A post-Keynesian response to Piketty's 'Fundamental Contradiction of Capitalism'. **Review of Political Economy**, v. 28, n. 2, p. 190-204, 2016.

MARQUES, Rosa; GUEDES-LEITE, Marcel. Notas críticas sobre O Capital no século XXI de Thomas Piketty. **Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política**, v. 36, n. 4, 2016.

MINSKY, Hyman P. **John Maynard Keynes**. Editora Unicamp, 2011.



PATNAIK, Prabhat. Capitalism, Inequality, and Globalization: Thomas Piketty's Capital in the Twenty-First Century. **International Journal of Political Economy**, v. 43, n. 3, p. 55-69, 2014.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Editora Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Márcio. Desigualdade econômica no Brasil. **São Paulo: Saber Livros**, 2015.

ROWTHORN, Robert. A note on Piketty's Capital in the Twenty-First Century. **Cambridge Journal of Economics**, v. 38, n. 5, p. 1275-1284, 2014.

SUISSE, Credit. Global Wealth Databook 2018. **op. cit**, 2018.z

THE WORLD WEALTH AND INCOME DATABASE. Acessado em: 19/09/2019. Disponível em: <http://wid.world/>

VAROUFAKIS, Yanis. Egalitarianism's latest foe: a critical review of Thomas Piketty's Capital in the Twenty-First Century. **Real-world economics review**, v. 69, p. 18-35, 2014.